

Zélia não prevê acordo com o FMI em breve

por Getúlio Bittencourt
de Nagoya

O Brasil dificilmente fará um acordo a curto prazo — dentro de um, dois ou três meses — com o Fundo Monetário Internacional, afirmou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, durante uma entrevista coletiva no final da tarde de domingo, no centro de convenções de Nagoya que abriga a assembléia geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A ministra observou que a economia brasileira tem problemas estruturais para alcançar a curto prazo taxas de inflação semelhantes às dos países industrializados. Entre esses problemas está a ineficiência da indústria, causada por anos de fechamento à competição externa e pela indexação de preços.

Ela disse também que o incidente no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a suspensão do empréstimo de US\$ 350 milhões para o Brasil, não criou uma questão bilateral entre o País e os EUA.

Segue abaixo a íntegra da coletiva concedida pela ministra:

— Como foi o seu encontro com o ministro da Fazenda do Japão, Ryutaro Hashimoto?

Zélia Cardoso de Mello — Foi sobre a necessidade de nós, rapidamente, voltarmos a ter uma grande cooperação entre Japão e Brasil. Durante muitos anos o Japão contribuiu decisivamente para o nosso processo de industrialização em áreas importantes. Depois, a partir do momento em que veio a crise da dívida, etc., uma série de percalços, essas relações foram se distanciando, se deteriorando. E nós brasileiros, o governo brasileiro entende como fundamental que nós possamos recuperar e normalizar essas relações e intensificar essa cooperação.

— Ministra, no discurso de hoje do ministro Hashimoto, ele afastou a idéia de redução oficial da dívida pelo Japão, mas abriu a possibilidade de dinheiro novo. A senhora vê a possibilidade de dinheiro novo oficial do Japão para o Brasil?

Zélia — Essa também foi a mensagem transmitida pelo presidente do Eximbank. Parece então que o governo do Japão está nessa linha, e nesse quadro acho que seria possível. Mas acho no entanto que é cedo para falarmos disso. É preciso que nós iniciemos a negociação para ver, enfim, qual será o melhor caminho, a melhor proposta para o Brasil.

— E o caso dos recursos do Fundo Nakasone para o Brasil? Está paralisado?

Zélia — Está, praticamente, nessa situação de espera que nós estamos vivendo, e que também paralisou os recursos do Fundo.

— A senhora falou com o ministro Hashimoto sobre o empréstimo de US\$ 350 milhões para o Brasil, cuja consideração pelo BID está adiada com o apoio do Japão?

Zélia — Não, não falei, realmente não falei.

— A senhora vê alguma chance de — resolver a questão do pedido de empréstimo congelado ainda durante esta reunião do BID?

Zélia — Como eu disse em meu discurso, não há nenhuma razão financeira, econômica, para que o banco não aprove o projeto, porque é um bom projeto, está bem fundamentado em termos técnicos. E a maioria dos membros da instituição pensa da mesma maneira. Por isso espero que eles reconsiderem (o que fizeram) e aprove o projeto, que é muito importante para o Brasil, na área social; parece que amanhã haverá uma reunião especial da diretoria e espero que então possa ser aprovado. Mas essa é uma decisão para a diretoria.

— Alguma palavra sua sobre as negociações em torno da dívida externa brasileira?

Zélia — Pelas informações que nosso negociador me relatou, a negociação está praticamente concluída. Provavelmente amanhã (segunda-feira) ou depois de amanhã teremos o acordo final. Pequenos detalhes, e nada realmente importante, nos separam agora.

— O ministro Hashimoto defendeu uma elevação no percentual de direito de voto dos países não-regionais. Qual é a posição do Brasil?

Zélia — Acho que em princípio não temos nada contra. Preciso verificar com mais vagar, mas em princípio somos favoráveis.

— A senhora encontrou-se com o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, como estava agendado?

Zélia — Não, não falei.

Houve um desencontro aqui de salas, então não falei.

— A senhora pode nos dar detalhes desse acordo que está praticamente concluído com os bancos comerciais?

Zélia — Não. Vocês sabem tudo. Fingem que não sabem, mas sabem tudo...

— Qual é o problema com os bancos alemães, por exemplo?

Zélia — Não sei. Mas acho que não é problema grave.

— O Brasil está interessado em pedir redução oficial da dívida?

Zélia — Quando começamos a discutir com os credores oficiais, vamos tratar disso. Agora é um pouco cedo para começar a discutir isso. O ponto importante é que possamos encontrar uma solução compatível com nossa capacidade de pagamento. Uma solução com a qual possamos nos compromissar e cumprir.

— O Brasil pretende revidicar perdão da dívida pelo Plano Brady?

Zélia — Nós estamos negociando agora os juros atrasados. Depois vamos negociar o principal. No começo, fizemos uma proposta que ainda não foi analisada pelos bancos, fora do contexto do Plano Brady. Esperamos que a partir de agora nossa proposta seja examinada, e a partir daí vamos ver. Aí será a negociação propriamente.

— Em relação ao empréstimo pendente do BID, é sua expectativa de que ele seja aprovado, numa reunião excepcional da diretoria ainda durante esta assembléia geral?

Zélia — Não, não tenho essa expectativa, mas acho que pode acontecer. Se acontecer, será muito bem-vindo. Hoje, na abertura, e nesses dias aqui, vocês devem ter sentido que esse fato criou um grande mal-estar. E felizmente esse mal-estar não foi só dos países latino-americanos, não é? Ou caribenhos. No discurso do representante da Holanda, ele explicitamente fez uma declaração sobre isso. Tivemos a solidariedade de muitos países industrializados, que com os latinos e caribenhos foram a maioria junto ao banco. Então, esperamos que com esse expressivo apoio que temos, e pelo fato (de o adiamento da consideração do projeto ser alheio ao processo, nada ter a ver com o mérito do projeto, então nós esperamos que isso possa ser reconsiderado rapidamente. Não só por isso tudo que falei, mas também pela substância do projeto, que é da área social, e portanto da maior importância.

— Ministra, qual foi o papel do México para que se chegasse a algum tipo de...

Zélia — Não, todos os países latino-americanos, caribenhos e alguns países industrializados se manifestaram já na reunião do dia 28 (de março) e se manifestaram em discursos hoje contra a decisão que foi tomada. O papel do México foi como o de todos esses países, de se manifestar contra a decisão que foi tomada.

— O ministro Hashimoto, em sua entrevista coletiva, disse que o governo japonês espera que o Brasil faça um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Há uma declaração atribuída à senhora de que o Brasil não espera fazer um acordo já. É verdade?

Zélia — Sim. Nós, brasileiros, temos um problema básico e grande que é o seguinte: os padrões europeus, japoneses e americanos, em termos de inflação, são padrões inexequíveis a curto prazo para uma economia como a brasileira. Que vem de muitos anos de fechamento, de ineficiência, de indexação, de problemas estruturais profundos. Então, estamos num processo em que estamos sentindo a dificuldade de estabelecer metas que sejam exequíveis com o Fundo Monetário Internacional. Nós gostaríamos então de discutir esse assunto mais exaustivamente com o Fundo. Por exemplo, quando estive com o primeiro-ministro Cavaco e Silva (de Portugal), ele disse: “mas o que o FMI quer? Vocês fizeram uma política fiscal notável, uma política monetária correta e, no entanto, a inflação não caiu, apesar desse receituário adotado. Estão fazendo um programa de liberalização, de modernização e, no entanto, a inflação não caiu como se esperava, não é?” Mas o que importa é o conteúdo das reformas esteja correto, mesmo que os resultados a mais curto prazo não sejam aqueles que seriam os desejáveis por nós ou os usuais num padrão europeu, onde você aplica o receituário clássico e tem efeitos imediatamente. Essa é a discussão que eu vou

começar agora com o FMI, e acho que vai ser uma discussão mais demorada. Por isso acho que o acordo... não consigo ver um acordo com o FMI no próximo mês, nos próximos dois meses ou três meses. E isso condiciona a negociação com o Clube de Paris, condiciona-se uma série de coisas. Na minha conversa com o ministro Hashimoto, manifestei nosso desejo de ter nossas relações normalizadas, e tudo isso, mas ressaltei para ele esses problemas. E estou ressaltando isso em todos os diálogos, falando muito francamente que nós vamos demorar, não sei quanto tempo, pode ser até um tempo menor do que a gente espera, para ter um acordo com o Fundo, por causa dessas diferenças.

— No caso do Clube de Paris está claro que existe uma vinculação de primeiro se chegar a um acordo com o FMI. No caso da negociação seguinte com os bancos, a busca de um acordo com o Fundo será independente, não vamos nos preocupar em fazer acordo com o FMI em razão do acordo com os bancos?

Zélia — Não.

— Esperava-se que em seu discurso, o ministro Hashimoto estabelecesse a quantia com que o Japão vai cooperar na “iniciativa para as Américas”, e ele não disse o valor. A senhora conversou com ele sobre isso?

Zélia — Não. Realmente, olhem, minha conversa com o ministro Hashimoto deve ser vista como uma primeira conversa. Eu não o conhecia. É diferente do ministro da economia francês, ou do secretário (do Tesouro dos EUA, Nicholas) Brady ou outro, ou como o inglês John Major, que agora é primeiro-ministro, ou com Guido Carli, da Itália, pessoas com quem eu já tinha con-

versado muitas vezes. Aqui foi uma conversa de primeira aproximação mesmo, uma conversa genérica, onde realmente não descemos a esse tipo de consideração.

— Ministra, o fato de não ter havido sua conversa prevista com o senhor Mulford, a senhora atribui a alguma descortesia deliberada, ou teria sido um simples acidente?

Zélia — Eu acho que foi mesmo um... alguém que “microu” aí, passou no microcomputador a minha agenda, pôs o número da sala errado. E eu fiquei num lugar, aparentemente, segundo me informou nosso chefe de gabinete, Marcos Caramuru, enquanto ele estava me esperando em outro lugar. Foi um desencontro. Depois eu tive que ir para o plenário, por isso não houve o encontro.

— Em sua conversa com o ministro Hashimoto, a senhora ouviu alguma palavra dele sobre o seu discurso?

Zélia — Não. Acho que ele não ouviu o meu discurso, tinha um representante lá. Porém, acho que foi uma conversa extremamente cordial, extremamente amistosa. Muita gente estava dizendo que... alguns jornais, não é?, (diziam) assim nas entrelinhas que eu seria mal-recebida. Bom, primeiro, que eu nem seria recebida. Segundo, que se fosse, seria mal-recebida. Bem, não foi, viu. Devo dizer que a conversa se passou num clima muito amigável, muito cordial, e acho que foi bastante positiva como uma primeira conversa.

— O Brasil vai prosseguir, depois de seu discurso, com alguma iniciativa contra o mecanismo que permite o adiamento de projetos?

Zélia — Meu discurso foi para registrar nas atas a posição do Brasil, a ques-



Zélia Cardoso de Mello

tão de princípio. Eu espero que depois desses dias, em que vários países registraram suas posições na diretoria contra a utilização desse mecanismo, vários ministros expressaram a visão de que isso não é bom para o banco como instituição, eu penso que esse sentimento da maioria deve ajudar a aprovação do nosso projeto por eles.

— Depois do protesto em seu discurso, a senhora acredita que o senhor Mulford e a senhora poderão baixar o tom de seu desencontro?

Zélia — Acho que sim. Este não é um problema bilateral, é um problema entre um governo e o banco. Não é relacionado especificamente com um ou outro país, mas com a intuição, e temos expressado nossa posição como fiz em meu discurso. Mas não há nenhuma explicação com relações bilaterais.

— A senhora disse esperar que este seja apenas um acidente de percurso. Se o BID continuar usando esse tipo de expediente para pressionar países a fazer acordos de dívidas...

Zélia — Acho que é muito ruim. Eu disse isto, aliás, não sou só eu que acho.

— Mas o que pode ser feito, se isso continuar?

Zélia — Bom, vamos ver, não é? Se fosse só eu que achasse, talvez, talvez não pudesse ser feito. Mas muitos países acham. Vou repetir: A maioria dos países-membros do banco acha isso. Vamos... Eu acho que... eu nunca gosto muito de me antecipar aos fatos. Vamos ver o que acontece, vai ser o próximo passo. Agora, para o governo brasileiro, era importante que a gente deixasse registrada a nossa posição, até porque foi uma medida, cá entre nós, extemporânea, porque nós estamos tão próximos de um acordo com os bancos, não é? Tão próximos.

— A não aprovação desse empréstimo pelo BID agora pode levar o Brasil a adiar seu acordo com os bancos?

Zélia — Não. Porque estamos numa negociação que está se desenvolvendo normalmente, e concentra-se sobre o objetivo específico. Essa mistura, eles é que fazem. Eles é que fizeram. Pode ser até que em outra oportunidade nós venhamos também a ser brigados a fazer isso. Não teria sentido, não seria coerente, que nós fizéssemos na verdade uma coisa que estamos repudiando.

— Existe algo mais que não lhe perguntamos, que a senhora está interessada em dizer?

Zélia — Acho que sim. Que eu saio satisfeita do Japão. Muitas vezes o Brasil tomou posições em relação a problemas específicos em que acabou ficando numa posição isolada, numa posição solitária. Foi com muita satisfação que registrei, não eu pessoalmente, mas o governo brasileiro, o País, que foi realmente uma coisa que provocou a indignação de muitos países, a solidariedade. Acho que esse é um aspecto extremamente positivo, para o banco ficou uma lição. Saio muito satisfeita

com a atuação do presidente (Enrique) Iglesias, que enfim tentou resolver o problema, tem sido um amigo do Brasil, saio satisfeita porque acho que o Brasil está muito bem nessa história. Nós somos um grande acionista do banco, o maior tomador de empréstimos do banco, nunca deixamos de pagar, sabemos que “financiamos” o banco durante certo período, antes do aumento de capital. Sabemos que temos tido uma atuação absolutamente coerente, e o nosso projeto é bom para o País, numa área social, uma área extremamente carente, extremamente necessária, que tinha todos os méritos, toda a aprovação do setor técnico do banco.

— Isso não enfraquece o BID?

Zélia — Não, eu acho que não enfraquece, mas acho que mancha, digamos assim.

— E a relação do Brasil com os Estados Unidos, ministra, fica afetada de maneira negativa com isso, ou a senhora não chega a tanto?

Zélia — Não. Não.

— Quando a senhora diz que há uma assimetria entre países industrializados e países em desenvolvimento, incluindo a distribuição desigual dos sacrifícios entre as respectivas populações, a senhora poderia esclarecer um pouco mais o que pensa?

Zélia — Isso me daria motivo para uma reflexão de horas, não é, mas eu vou tentar resumir. A partir da década de 80 a economia mundial apresentou muitos desequilíbrios, está certo, e as economias latino-americanas muitos desequilíbrios (também), está certo? Desequilíbrios fiscais, eu acho que os Estados Unidos são o expoente máximo desse desequilíbrio, e muito das dificuldades dos países latino-americanos, o caso da divi-

da é um caso exemplar, com a elevação da taxa de juros internacionais e o que isso representou para a nossa dívida, criando um desequilíbrio adicional para os países em desenvolvimento. Então nós chegamos à década de 80 com a necessidade urgente de se promoverem ajustes, seja nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, seja nos países latino-americanos. Nos países latino-americanos, praticamente sem exceção... Eu não sei se vocês escutaram o discurso do presidente peruano hoje, escutaram? Bom, ele contando a situação do Peru, é um negócio terrível, não? É uma situação que a gente, sabe, tem que ficar preocupada. Todos os países latino-americanos, em que pese às profundas desigualdades que a gente já tem, que é custoso para nós em termos sociais fazer um ajuste, nenhum hesitou em fazer um ajuste. Brasil não hesitou, Peru não hesitou, Argentina não hesitou, arcando com os custos, mas sabendo da necessidade de ajustar. E derivando um sacrifício importante para as sociedades desses países. E os países desenvolvidos, que são co-participes nesse processo, responsáveis em alguns casos, não têm feito a mesma coisa. Então é nesse sentido, acho que é urgente, sempre tenho reiterado essa posição nas reuniões do BID e nas reuniões do comitê interino do FMI. É necessário que os países desenvolvidos dêem a sua cota nessa história. Nós não podemos fazer os ajustes sozinhos. É necessário que eles... nem que a cota deles seja só a de dar suporte, seja uma atuação positiva, não de ser um entrave ao nosso ajuste, eles deviam se ajustar, mas, se não querem, pelo menos que não nos atrapalhem.